



FORMULÁRIO I NECESSIDADES ESPECÍFICAS

Nome completo: _____

Curso: _____ Telefone: _____ e-mail: _____

NECESSIDADE ESPECÍFICA:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Deficiência Física | <input type="checkbox"/> Transtornos globais do desenvolvimento |
| <input type="checkbox"/> Deficiência Auditiva/Surdez | <input type="checkbox"/> Altas habilidades/superdotação |
| <input type="checkbox"/> Baixa Visão | <input type="checkbox"/> Distúrbios de aprendizagem |
| <input type="checkbox"/> Cegueira | <input type="checkbox"/> Outras (especificar): _____ |
| <input type="checkbox"/> Surdocegueira | |

NECESSITA DE ATENDIMENTO ESPECIAL? Sim Não

NO CASO DE DEFICIÊNCIA FÍSICA:

1. Necessita de transcritor? Sim Não
2. Necessita de acesso para cadeirante? Sim Não
3. Outras condições/recursos específicos necessários: _____

NO CASO DE DEFICIÊNCIA VISUAL:

1. Necessita de material didático em Braille? Sim Não
2. Necessita de material didático com texto ampliado? Sim Não Fonte tamanho: _____
3. Necessita de leitor/transcritor? Sim Não
4. Outras condições/recursos específicos necessários: _____

NO CASO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA:

1. Necessita de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais Sim Não
2. Necessita de Intérprete repetidor/oralizador? Sim Não
3. Outras condições/recursos específicos necessários: _____

NO CASO DE TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO/ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO/ DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

1. Necessita de Ledor ? Sim Não
2. Necessita de transcritor? Sim Não
3. Outras condições/recursos específicos necessários: _____

PARA OUTROS CASOS DE DEFICIÊNCIA INFORMAR O TIPO DE RECURSOESPECÍFICO:

Obs: Caso possua laudo ou atestado médico o aluno deverá apresentar a documentação ao NAPNEE.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do aluno ou responsável legal)



INSTITUTO FEDERAL
MINAS GERAIS

FORMULÁRIO II
FICHA DE INFORMATIVA DO ALUNO

Nome:				
Data de nascimento:		Curso:		
Endereço:				
Nome do Pai				
Nome da Mãe				
Contatos	Telefone:		e-mail	

Necessidade específica:

Apoio necessário:

Faz algum acompanhamento médico especializado/sistemático?	Sim ()	Não ()
Dados do acompanhamento médico:		
Nome do médico/especialista:		
Especificidade:		
Local:		
Início do tratamento:		
Término do Tratamento:		
Possui laudo:	Sim ()	Não ()
Breve relato das informações do laudo:		



INSTITUTO FEDERAL
MINAS GERAIS



FORMULÁRIO III
PLANO DE AÇÕES DE ATENDIMENTO AO ALUNO

Aluno:
Deficiência/ Necessidade Específica:
Encaminhamentos realizados:
Equipamentos/ serviços disponíveis/ materiais desenvolvidos no <i>Campus</i> para o atendimento ao aluno:
Profissionais envolvidos no atendimento à demanda do aluno:
Ações planejadas para acompanhamento do aluno:



REGISTRO DE ATENDIMENTO AO ALUNO E/OU RESPONSÁVEL

Atendimento NAPNEE ____/____/____

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Atendimento NAPNEE ____/____/____

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Atendimento NAPNEE ____/____/____

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....



INSTITUTO FEDERAL
MINAS GERAIS



FORMULÁRIO III
MODELO PROTOCOLO INFORMATIVO

Nome do aluno:

Curso:

Necessidade Específica:

Informações laudo: (anexar cópia)

Legislação que ampara:

Encaminhamentos necessários:

Orientações gerais:

Data:

Assinatura Coordenação NAPNEE

			desenvolvidos no <i>Campus</i> para o atendimento ao aluno	aluno	pelo NAPNEE com o aluno no semestre letivo	realizados pelo NAPNEE com o responsável do aluno no semestre letivo	amento do aluno

3. Atuação do NAPNEE

Equipe NAPNEE	
Coordenador	
Secretários	
Membros	

Equipamentos disponíveis para o atendimento aos alunos com necessidades específicas

Atividades desenvolvidas pelo Núcleo	
Atividades	Informações Gerais (atividades de divulgação do Núcleo, participação em eventos, projetos de extensão e de pesquisa etc)

Realização de seminários, encontros, palestras

Atividades	Informações Gerais (data, nº de participantes, objetivos, programação)

Cursos de capacitação	
Curso	Informações Gerais (temática do curso, início e término/ nº de participantes/destacar nº de servidores, objetivos)

Parcerias com outras instituições e órgãos	
Parceria	Informações Gerais (atividades desenvolvidas em parceria)

Planejamento de ações e atividades do NAPNEE	
Ação/Atividade	Informações Gerais (cronograma)

Obs: Anexar documentos comprobatórios das atividades desenvolvidas (fotos, material de divulgação; notícias no site)



INSTITUTO FEDERAL
MINAS GERAIS



LEGISLAÇÃO EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm

Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11133.htm

Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.845.htm

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. - dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm

Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 – estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com modalidade reduzida, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11

Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm

Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm

Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005. Dá nova redação ao art. 53 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/Decreto/D5645.htm

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm

Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

Resolução CNE/CEB Nº 4, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf

Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>

Resolução CFE nº 02, de 24 de fevereiro de 1981. : Autoriza a concessão de dilatação de prazo de conclusão do curso de graduação aos alunos portadores de deficiência física, afecções congênicas ou adquiridas.
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_81.pdf

Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior - 2013
<http://www.ampesc.org.br/arquivos/download/1382550379.pdf>